



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: ANÁLISE DE UM INSTRUMENTO DESENCADEADOR DE AÇÕES INCLUSIVAS

Andrezza Santos Flores¹

 ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6559-3738>

Solange Vera Nunes de Lima D'Água²

 ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2919-3988>

Harryson Júnior Lessa Gonçalves³

 ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5021-6852>

RESUMO

A inclusão que outrora era uma temática isolada vem conquistando seu espaço em meio às lutas que foram e vem sendo travadas por meio de movimentos, reivindicações e com debates públicos. Nesse cenário, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) é considerado o movimento para o direcionamento de uma escola inclusiva por ser um documento capaz de suscitar o desenvolvimento de ações inclusivas. Posto isto, o presente artigo trata-se do recorte de uma pesquisa de mestrado com objetivo de identificar no PPP da escola participante da investigação segmentos referentes à inclusão, bem como investigar se as questões relacionadas à diversidade são destacadas, incluindo os alunos com deficiência tanto no ensino regular, quanto na sala de recursos e analisar aspectos relacionados com a gestão escolar. O estudo é de caráter descritivo e interpretativo que, partindo da leitura minuciosa do documento, proporcionou uma análise textual discursiva no qual revelou que o PPP reverbera a intencionalidade do documento de trilhar caminhos que considerem o respeito às diferenças, como também em relação aos alunos com deficiência. Portanto, o PPP se apresenta como um documento legal e imprescindível em processos educativos que abarcam a educação inclusiva, evidenciando que a escola é caracteristicamente inclusiva se, desde o PPP, já conta com ações de inclusão e, conseqüentemente, em uma educação de equidade para incluir todos, almejando a emancipação humana.

Palavras-chave: Diversidade; Educação Inclusiva; Projeto Político-Pedagógico.

¹ Licenciada e Bacharela em Ciências Biológicas pela Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Câmpus de Ilha Solteira. Mestra em Ensino e Processos Formativos pelo Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Unesp - Câmpus de São José do Rio Preto. Doutoranda em Educação para a Ciência pela Faculdade de Ciências da Unesp – Câmpus de Bauru, Bauru, São Paulo, Brasil. E-mail: andrezzaflorés@gmail.com

² Doutora e mestra em Educação e Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-Doutorado pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho (UMinho), Portugal. Pedagoga pela Faculdade Campos Salles (FCS). Professora Assistente Doutora do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (Unesp) - Câmpus de São José do Rio Preto. São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: soldagua@ibilce.unesp.br

³ Livre-docente em Didática e Currículo pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Doutor em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pedagogo e mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professor Associado da Faculdade de Engenharia da Unesp – Câmpus de Ilha Solteira, Ilha Solteira, São Paulo, Brasil. E-mail: harryson.lessa@unesp.br

POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT: ANALYSIS OF AN INCLUSIVE ACTION INSTRUMENT

ABSTRACT

The inclusion that was once an isolated theme has been conquering its space in the midst of the struggles that have been and are being fought through movements, demands and public target an inclusive school because it is a document capable of encouraging the development of inclusive actions. That said, the present work is a clipping from the master's dissertation with the objective of identifying segments of inclusion in the PPP of the school participating in the research, as well as investigate whether issues related to diversity are highlighted, including students with disabilities both in regular education and in the resource room and analyze aspects related to school management. The study is of a descriptive and interpretative feature that, based on the detailed reading of the document, provided a discursive textual analysis in which it revealed that the PPP even with the gaps such as giving more visibility to inclusive education, as well as the resource room for the Visually Impaired (VI) and the development of projects on the aforementioned theme echoes the document's intent to walk paths that consider respect for differences, as well as in relation to students with disabilities. Therefore, the PPP presents itself as a legal and indispensable document in educational processes that encompass inclusive education, showing that the school is characteristically inclusive if, since the PPP, it already has inclusion actions and, consequently, an equity education, to include everyone and aiming for human emancipation.

Keywords: Diversity; Inclusive Education; Political-Pedagogical Project.

PROYECTO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: ANÁLISIS DE UN INSTRUMENTO DE ACCIÓN INCLUSIVO

2

RESUMEN

La inclusión que alguna vez fue un tema aislado ha estado conquistando su espacio en medio de las luchas que se han librado y se libran a través de movimientos, demandas y debates públicos. En este escenario, el Proyecto Político-Pedagógico (PPP) se considera el movimiento para apuntar a una escuela inclusiva porque es un documento capaz de alentar el desarrollo de acciones inclusivas. Dicho esto, el presente trabajo es un extracto de la disertación de maestría con el objetivo de identificar segmentos de inclusión en el PPP de la escuela que participa en la investigación, así como investigar si se destacan los temas relacionados con la diversidad, incluidos los estudiantes con discapacidades en educación regular y en la sala de recursos y para analizar aspectos relacionados con la gestión escolar. El estudio es de carácter descriptivo e interpretativo que, basado en la lectura detallada del documento, proporcionó un análisis textual discursivo, en el que reveló que el PPP, incluso con las brechas cómo dar más visibilidad a la educación inclusiva, así como la sala de recursos para personas con Discapacidad Visual (DV) y el desarrollo de proyectos sobre el tema mencionado reverbera con la intencionalidad del documento para seguir caminos que consideren el respeto por las diferencias, así como en relación con los estudiantes con discapacidades. Por lo tanto, el PPP se presenta como un documento legal e indispensable en los procesos educativos que abarcan la educación inclusiva, mostrando que la escuela es característicamente inclusiva si, desde el PPP, ya tiene acciones de inclusión y, en consecuencia, una educación de equidad, para incluir a todos, con el objetivo de la emancipación humana.

Palabras clave: Diversidad; Educación Inclusiva; Proyecto Político-Pedagógico.

INTRODUÇÃO

O contexto educacional está munido de possibilidades para tomar esse espaço inclusivo, oferecendo ferramentas para que a escola inclua a todos, convalidando não

apenas a legislação, mas o direito à diferença. Desse modo, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) configura-se como um instrumento desencadeador de tais assertivas.

Para isso, é preciso pensar em uma escola que se reinvente e que se reinterprete a cada ano. Escola essa que não seja estagnada, vivendo a ilusão de que todos os alunos têm o mesmo ritmo de aprendizado e que tenham as mesmas capacidades. São nessas concepções que o PPP se reafirma como espaço de discussões e ações coletivas que possam organizar distintas maneiras de incluir (DRAGO, 2011).

O instrumento utilizado pela escola para estabelecer metas, objetivos, metodologias, diretrizes curriculares, plano de ensino e as diferentes ações que serão desencadeadas recebe distintas denominações de acordo com o sistema de ensino o qual está inserido: Plano Escolar, PPP, Projeto Educativo, Plano de Gestão Escolar, Plano de Desenvolvimento, Plano Integrado da Escola, Proposta Pedagógica, Proposta Educativa, Projeto Educacional, entre outros (SOUZA, 2009).

Veiga (1995) faz uso da denominação "Projeto Político-Pedagógico", já Vasconcellos (2009) declara que, em relação à denominação, não há um consenso devido à diversidade das terminologias que existem, porque a temática do projeto é relativamente nova para muitos educadores.

A construção do PPP parte dos princípios de igualdade, de qualidade, de liberdade, de gestão democrática e de valorização da formação. A igualdade representa as condições de acesso e de permanência na escola, com um ensino de qualidade, tendo a liberdade para aprender, para ensinar e para pesquisar, divulgando para a coletividade, em que a formação continuada deve estar centrada na escola e em sua realidade. Ademais, Veiga (2004) preconiza que para a construção do documento, alguns princípios básicos precisam ser analisados, a saber: as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão e as relações de trabalho e de avaliação.

O PPP tem como intuito construir e assegurar a gestão democrática, inscrevendo o caminho trilhado durante todo o ano letivo, retratando nele o passado, o presente e o futuro que representa a identidade da escola (SILVA, 2012). Segundo Libâneo (2004), o PPP é um documento com objetivos, com diretrizes e com ações do processo educativo a ser desenvolvido, tendo como base as exigências sociais e legais do sistema de ensino.

É um instrumento que precisa ser construído pelas pessoas que estão envolvidas com o contexto da escola, visto que é a partir da realidade escolar que devem ser desenvolvidos objetivos exequíveis para que eles não sejam invalidados. É fundamental levar em consideração características peculiares dos alunos como um todo, tal como os com deficiência, para que as ações sejam factíveis. Questiona-se, assim, se é possível fazermos isso?

Sob o ponto de vista de Gadotti (2012), os trâmites que antecedem a elaboração do PPP iniciam-se desde a formação do corpo gestor, escolhido a partir do reconhecimento da competência e da liderança de alguém capaz de desenvolver um projeto coletivo. Em vista disso, ao eleger um diretor, o que se está selecionando é, de certa forma, um modelo de projeto para a escola, que terá certamente identificação com aqueles que irão construí-lo.

De acordo com a Lei n. 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), essa exigência é expressa em seu artigo 12, ao definir a incumbência dos estabelecimentos de ensino, destacado no inciso I, "elaborar e executar sua proposta pedagógica". O artigo 13, também no inciso I, ressalta como compromisso do docente "participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino" (BRASIL, 1996). Além disso, foi determinado que:

Art. 14 Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – **Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;**

II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes [...] (BRASIL, 1996, p. 12, grifos nossos).

Dessa forma, a escola, sendo amparada pelos órgãos burocráticos, está assegurada legalmente para elaborar um PPP, podendo registrar nesse documento o compromisso e atenção de uma escola que atenda às necessidades de todos os alunos. Assim, como a legislação garante a participação da comunidade, ela pode propor a construção de uma escola diferenciada, sendo organizada para estimular o desenvolvimento e aprendizagem. Esse processo é realizado por meio de reflexões coletivas propostas no momento da elaboração do PPP (SOUZA, 2009).

Nessa perspectiva, o PPP alcançará valores e a diversidade por considerar o envolvimento de profissionais e comunidade que contribuirão com sua subjetividade proporcionando a representação de todos os que compõem esse espaço. Vale ressaltar que esse processo é liderado pelo gestor e sua equipe na busca da consecução do princípio constitucional pautado na educação da qualidade. O autor afirma, ainda, que o PPP está atrelado à gestão democrática por capacitar e por propiciar um projeto que instancie a participação compromissada (CURY, 2007).

O PPP da escola deveria ser o foco para que mudanças ocorram, uma vez que um sistema inclusivo depende de um trabalho unificado de toda a equipe escolar. No entanto, isso só será possível a partir de um mapeamento de suas necessidades específicas e da comunidade na qual está inserida. Além da capacitação dos professores, nessa nova dimensão, proporcionando uma reflexão sobre os aspectos epistemológicos e metodológicos com transformações da realidade em sala de aula

(OLIVEIRA; LEITE, 2007). O salto da escola dos diferentes para a escola das diferenças demanda conhecimento, determinação e decisão (ROPOLI *et al.*, 2010).

Oliveira e Leite (2007), particularmente, acreditam que o PPP deveria ser o direcionador de transformações, pois o estabelecimento de um sistema inclusivo, além de um suporte unificado, requer o respaldo de profissionais de outras instâncias como saúde, transporte, assistência social e entre outros, para o estabelecimento de suas prioridades.

São nítidos os desafios dos sistemas de ensino para garantir a implementação do atendimento de todos os alunos e suas distinções. Nesse esteio, a organização da escola tem como elemento-chave o bom desenvolvimento de um PPP inclusivo, sendo o diretor responsável para articular e viabilizar este processo. Assim, dependendo da organização da escola, os preconceitos e processos excludentes podem se perpetuar, serem minimizados, ou até mesmo, eliminados. O comprometimento relacionado aos direitos é um encargo da seara da gestão escolar e dos educadores das unidades escolares (SILVEIRA, 2009).

Assim, mediante a fundamentação referente à temática, é notório que o PPP é um instrumento que, no seu cerne, se configura como sendo genuinamente coletivo, permitindo a elaboração e aplicabilidade de ações com a possibilidade de uma educação na qual todos, incluindo os alunos com deficiência, tenham acesso ao ensino de qualidade pautado na equidade.

Portanto, o presente trabalho trata-se de um recorte² da dissertação de mestrado que teve como objetivo identificar no PPP da escola participante da pesquisa segmentos referentes à inclusão, bem como investigar se as questões relacionadas à diversidade são destacadas, ou seja, se a escola está aberta ao reconhecimento das diferenças, incluindo os alunos com deficiência tanto no ensino regular, quanto na sala de recursos e analisar aspectos relacionados com a gestão escolar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é caracterizada como sendo de caráter descritivo e qualitativo. Segundo Gonsalves (2001), a pesquisa qualitativa está voltada para a compreensão, com a interpretação do fenômeno considerando o significado que os outros dão às suas práticas.

² Para mais informações, sugerimos consultar Flores (2018). Disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/157289/flores_as_me_sirp.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em 20 jul 2020.

Posto isto, um dos instrumentos de coleta de dados utilizado nessa investigação foi a análise documental do PPP³ da escola participante da pesquisa. Para Gil (2002), a análise documental tem características de fontes primárias que ainda não receberam um tratamento analítico.

De acordo com Lüdke e André (1986), a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse, sendo uma fonte estável e rica em que os documentos podem ser consultados várias vezes servindo como base para diferentes estudos, além de dar estabilidade aos resultados obtidos.

A pesquisa documental é constituída por fontes primárias e secundárias. As fontes primárias configuram-se como dados originais produzidos pelas próprias pessoas que os coletaram, sendo, portanto, a proximidade da fonte com o acontecimento. As fontes secundárias, por sua vez, remetem para aqueles "dados de segunda mão"; são, pois, informações que já foram trabalhadas por outros estudiosos (GONSALVES, 2001). Dessa forma, o PPP analisado é considerado como fonte primária pelo fato de nunca ter sido explorado.

Nessa conjuntura, os procedimentos metodológicos constituíram-se, inicialmente, pela fase exploratória e documental relacionadas à temática estudada, oportunizando a ampliação de conhecimento.

Cabe ressaltar que a pesquisa foi realizada em uma escola estadual na cidade de Andradina, subordinada à Diretoria de Ensino da Região de Andradina (SP). A escola iniciou suas atividades em 03 de novembro de 1943, sendo considerada uma das unidades escolares mais antigas. Atende as etapas de anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, no período vespertino e matutino, bem como o atendimento na Sala de Recursos, uma das justificativas para a escolha da escola para participar da pesquisa. Além disso, a Iniciação Científica da primeira autora foi realizada na mesma escola, o que possibilitou a elaboração de outro problema de pesquisa para prosseguir com a pesquisa do mestrado na mesma instituição (FLORES, 2016).

Assim sendo, a análise do PPP visou identificar se são previstos projetos na área da Educação Inclusiva no contexto escolar e, em caso afirmativo, como são desenvolvidos ou se alunos deficientes visuais (DV) participam dos demais projetos. Ainda, espera-se analisar como a sala de recursos está referenciada no documento, bem como a citação da professora e alunos que são atendidos e como a diversidade é abordada, assim como a gestão escolar.

³ Cabe destacar que, ao iniciar a coleta de dados na escola participante da pesquisa, o PPP já havia sido elaborado. Assim sendo, a primeira autora não participou de tal processo, somente teve o contato com o documento para a análise.

Os dados constituídos foram analisados de acordo com o referencial da análise textual discursiva. Segundo Moraes e Galiazzi (2006), trata-se de uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa, que passam pela análise de conteúdo e análise do discurso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise do PPP foi observado que as competências da gestão escolar, assim como de outros constituintes da escola, são bem delimitadas, no qual os conceitos de gestão democrática são destacados via participação da comunidade interna e externa. Tais elementos colocados em prática podem favorecer discussões sobre o estabelecimento da inclusão, como seguem excertos do documento.

O gestor educacional pode promover uma gestão participativa e democrática, participar do convívio cotidiano, compartilhar acertos e desacertos. Valores como respeito, confiança, sinceridade, fortalecem muito a equipe pedagógica de uma instituição, construindo dessa maneira relações interpessoais saudáveis e solidárias e um ambiente de formação e aprimoramento de conhecimentos dos profissionais (PPP, 2015, p. 40).

[...] o Diretor de Escola é o profissional que se ocupa da direção, administração, supervisão e coordenação da educação na escola. Sua principal função é gerenciar todo processo educativo da escola. (PPP, 2015, p. 40).

Promover o atendimento às diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem dos alunos (PPP, 2015, p. 42).

Nesse contexto, destaca-se a importância da gestão escolar, quer em seu papel administrativo, quer na organização pedagógica, pautando-se na gestão democrática. Segundo Tezani (2010), esse processo é conflituoso e lento, pois está além do diálogo. No entanto, a gestão participativa e democrática proporciona aos membros da escola que se tornem mais ativos e envolvidos nas discussões e nos problemas cotidianos direcionando caminhos que precisam ser trilhados para a construção de uma educação inclusiva.

Outra atribuição da gestão escolar é a realização de práticas que visem à inclusão. “Realizar práticas e ações pedagógicas inclusivas” (PPP, 2015, p. 42). De acordo com Carneiro (2006), as medidas pedagógicas e administrativas poderão proporcionar uma inclusão de qualidade, pois a concepção de gestão engloba vários processos educativos, tal como o inclusivo. Nesse quadro, inclui-se o acompanhamento dos alunos com deficiência com os pais ou responsáveis.

A Equipe Gestora, sempre que necessário, observará as necessidades especiais dos alunos, entrando em contato com os pais ou

responsáveis, orientando a procurar um profissional da saúde, para uma avaliação diagnóstica, contribuindo assim no processo de ensino e aprendizagem. Desta forma a escola estará colaborando para a inserção desse aluno especial na sociedade (PPP, 2015, p. 38).

Nesse esteio, o PPP inclui, em vários momentos, a importância da família no acompanhamento do ensino e aprendizagem dos alunos. “[...] Precisamos rever nossas práticas e sermos dinâmicos e construtivos e a família deve estar envolvida no contexto educacional e estimulada constantemente a participar do processo” (PPP, 2015 p. 35).

A articulação da escola com as famílias e com a comunidade enquadra-se na gestão de serviços e de recursos da equipe de gestão, informando aos pais ou aos responsáveis com relação à frequência, à disciplina e ao rendimento escolar, com a finalidade de juntos possibilitarem o desenvolvimento da autonomia dos alunos para que estejam preparados para o exercício da cidadania.

A família, pela sua responsabilidade na socialização primária, é considerada um dos principais grupos sociais, a escola enquanto instituição social se encarrega da socialização secundária, decorre daí seu papel na educação formal. Ambos os espaços guardam familiaridades no desenvolvimento e convívio humano, justificando, pois, a importância de parcerias entre escola e família e/ou família e escola, conscientes e dispostos a se mobilizar para apoiar, trabalhando em conjunto com união e harmonia (LOPES; MARQUEZAN, 2000).

O PPP em questão também destaca em alguns tópicos que uma das funções da escola é respeitar a diversidade, tal como explicita.

Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaborar propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural (PPP, 2015, p. 21).

Respeitar a diversidade dos alunos, como pessoas e como membros de um determinado grupo étnico-cultural e socioeconômico (PPP, 2015, p. 21-27).

O respeito à diversidade tem a ver com o direito de todos os alunos realizarem as atividades fundamentais para o seu desenvolvimento e socialização. Sua concretização em sala de aula significa levar em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, suas características pessoais de déficit sensorial, motor e psíquico, ou de superdotação intelectual, dando-se especial atenção ao aluno que demonstrar a necessidade de resgatar a autoestima (PPP, 2015, p. 27).

Além desses excertos, destacamos a necessidade de propor “[...] alternativas metodológicas de atendimento à diversidade de necessidades e de interesses dos alunos” (PPP, 2015, p. 41).

Nos excertos, é notório o reconhecimento da diversidade, sendo um dos direitos que está garantido no PPP, incluindo desde diversidade cultural, social, econômica e alunos com deficiência. Além do reconhecimento e do respeito sugere-se que as mudanças também sejam realizadas no método de ensino como forma de atender às diferentes necessidades dos alunos.

Nessa perspectiva, o diretor tem papel fundamental no processo inclusivo, visto que uma de suas atribuições é garantir o acolhimento de todos os alunos, bem como sugerir estratégias e buscar possibilidades da aprendizagem por meio do currículo. Sendo “[...] necessário um processo de reflexão para tomar consciência de que a escola precisa dar conta da sua função, garantir a aprendizagem para todos os alunos. O currículo – conhecimento selecionado e organizado socialmente – é fundamental no processo de aprendizagem” (PPP, 2015, p. 23).

Envolver os demais alunos da escola com a temática da inclusão e, com isso, construir uma cultura mais humana e respeitosa também são registradas no documento que os

[...] conhecimentos podem contribuir para a construção de personalidades, referidas a valores estéticos, políticos e éticos que assegurem a sensibilidade para a diversidade, o respeito, a alteridade, autonomia, e a construção das competências requeridas para atuar em segurança na vida adulta (PPP, 2015, p. 80-81).

9

Conforme Mittler (2003), para que isso ocorra, a inclusão implica mudanças nas escolas em termos de currículo e de avaliação pedagógica, além de basear-se em um sistema de valores que faz com que todos se sintam acolhidos e celebrando a diversidade. Ainda, segundo Imbernón (2000), integrar a diversidade é favorecer a convivência de realidades plurais das diferentes necessidades que enriqueçam a instituição.

Além da diversidade, as diferenças também foram citadas nos seguintes trechos destacados no PPP.

[...] formação cidadã, instrumentalizando-o para uma aprendizagem ao longo da vida, respeitando suas diferenças, entendendo que cada um tem o seu tempo e ritmo nessa ação contínua de aprender. Para tanto serão necessárias reuniões acerca do assunto com equipe docente, equipe de direção e supervisão de ensino (PPP, 2015, p. 49).

Privilegiar a relação com os alunos, a afetividade, a motivação, a aceitação e o reconhecimento das diferenças, dando possibilidades de um crescimento emocional que leve a escolhas cada vez mais acertadas (PPP, 2015, p. 67).

De acordo com Oliveira e Leite (2007), é necessário levar em consideração as diferenças de cada um, posto que, perante as limitações, o ritmo de aprendizagem

não é equivalente. Assim, respeitar o tempo do outro é, também, respeitar a própria diversidade que constitui esse cenário, embora vivamos tempos de intolerâncias, formas de discriminação, de preconceito, de exclusão social e de prática de *bullying* na apreciação do documento, registra-se a promoção de estratégias pedagógicas que visam à superação dessas questões.

A inclusão está citada em um trecho no PPP, mais especificamente ao fazer uma descrição analítica dos principais processos de gestão onde, ao conceituar gestão pedagógica, “destacam-se como indicadores de qualidade: atualização periódica da proposta curricular; monitoramento da aprendizagem dos alunos; inovação pedagógica; políticas de inclusão com equidade [...]” (PPP, 2015, p. 29).

A sala de recursos foi citada apenas uma vez no PPP, no quesito de projetos na proposta pedagógica da escola. Dentre esses projetos tem-se “Conservação e Preservação do Ambiente Escolar”, promovendo o envolvimento das turmas na manutenção e na organização da escola, incluindo-se, também, a sala de recursos. Por se tratar de um espaço que se constitui de muitos materiais e recursos poderia ser mais bem aproveitado e referenciado no PPP da escola.

No PPP, não são mencionados as metas e os objetivos visando à melhoria do processo de inclusão na unidade escolar. Além disso, ao detalhar a estrutura física da escola, a sala de recursos para DV, onde ocorre o AEE, não é mencionada, mas ao caracterizar o quadro de docentes da instituição, incluem-se o nome da professora da sala de recursos e sua atuação, no caso na educação especial.

CONCLUSÕES

Respaladas na literatura que se caracteriza como o aporte teórico e com os resultados obtidos por meio da análise do PPP, as demarcações deste estudo configuram o documento como um instrumento para a democratização do ensino por requerer a participação de todos os constituintes da comunidade escolar e sociedade, com o intento de vislumbrar uma educação de qualidade, além de romper a barreira na inacessibilidade educativa, vencendo o desafio de acolher a diversidade no qual o aluno com deficiência está inserido por direito.

Posto isto, foi possível observar que o PPP analisado, apesar de apresentar algumas lacunas, como a necessidade de dar mais visibilidade à educação inclusiva, bem como a sala de recursos para DV e o desenvolvimento de projetos na temática supracitada, intenciona trilhar caminhos que considerem o respeito às diferenças, seja com relação aos aspectos culturais, sociais, econômicos, como também em relação aos alunos com deficiência.

Por conseguinte, o PPP apresenta-se como um documento legal imprescindível em processos educativos que abarcam a educação inclusiva, podendo desencadear ações e práticas na organização escolar onde gestores, professores, alunos, funcionários e sociedade em geral podem ser protagonistas no contexto educativo, configurando um céu onde há um arco-íris que precisa ser pintado com diversas cores e, em meio às dificuldades, despertar a criticidade, liberdade intelectual, culminando na emancipação humana, pautando-se na equidade e exercício pleno da cidadania que podem ser suscitados por ações inclusivas advindas do PPP no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 20 jul 2020.

CARNEIRO, R. U.C. **Formação em serviço sobre a gestão de escolas inclusivas para diretores de escolas da educação infantil**. 2006. 219 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 483-495, 2007. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19144>. Acesso em 20 jul 2020.

DRAGO, R. Inclusão escolar e atendimento educacional especializado no contexto do projeto político pedagógico. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 361-588. 2011. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/26413/15405>. Acesso em 20 jul 2020.

FLORES, A. S. **Recursos Didáticos direcionados como complemento ao Ensino de Biologia para professores com deficiência visual: um estudo de caso**. 2016. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) - Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2016.

GADOTTI, M. Projeto político-pedagógico da escola: fundamentos para a sua realização. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (org.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 36-46.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre a iniciação da pesquisa científica**. Campinas: Editora Alínea, 2001.

IMBERNÓN, F. Amplitude e profundidade do olhar: a educação ontem, hoje e amanhã. In: IMBERNÓN, F. (org.). **A Educação no Século XXI: os desafios do futuro imediato**. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 77-96.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Ed. Alternativa, 2004.

LOPES, R. P. V.; MARQUEZAN, R. O envolvimento da família no processo de integração/inclusão do aluno com necessidades especiais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 15, p. 43-49, 2000. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5285>. Acesso em 20 jul 2020.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Ed. EPU, 1986.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v12n1/08>. Acesso em 20 jul 2020.

OLIVEIRA, A. A. S.; LEITE, L. P. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 511-524, out/dez 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n57/a04v5715.pdf>. Acesso 20 jul 2020.

ROPOLI, E. A. *et al.* **A Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar**: A escola comum inclusiva. Brasília: MEC, 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192. Acesso 20 jul 2020.

SILVA, A. M. M. A. **Gestão Democrática**: caminhos e descaminhos da prática do gestor no cotidiano escolar. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. 2012.

SILVEIRA, S. M. P. **A gestão para a Inclusão**: uma pesquisa ação colaborativa no meio escolar. 2009. 277 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SOUZA, F. D. **Análise do Projeto Político-Pedagógico**: o movimento em direção a uma escola inclusiva. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 2009.

TEZANI, T. C. R. Gestão escolar: a prática pedagógica administrativa na política de educação inclusiva. **Educação**, Santa Maria, v. 35, n. 2, p. 287-302. 2010. Disponível em <http://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/2078/1253>. Acesso em 20 jul 2020.

VASCONCELLOS, C. D. S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 12. ed. São Paulo: Ed. Libertad, 2009.

VEIGA, I. P. A. O Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995. p. 11-35.

VEIGA, I. P. A. **Educação Básica e Educação Superior**: Projeto Político - Pedagógico. 3. ed. Campinas: Papirus, 2004.